

Transformando  
comunidades:  
entendendo e aplicando  
a Lei  
da Regularização  
Fundiária Urbana.



# Lei da Reurb - Regularização Fundiária Urbana

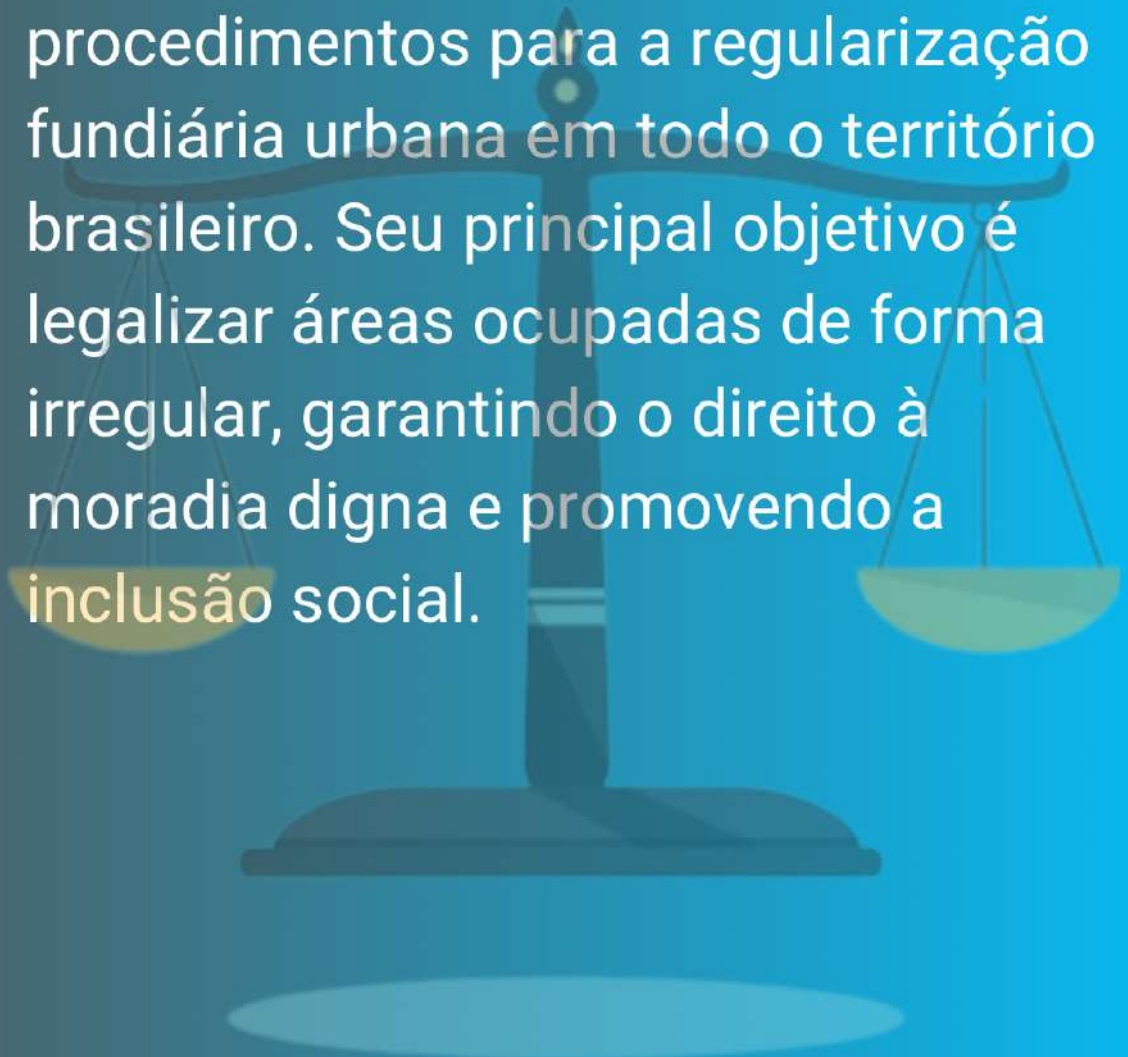
A Lei da Reurb (Regularização Fundiária Urbana) é um instrumento legal que visa regularizar áreas urbanas ocupadas de forma irregular, proporcionando segurança jurídica aos moradores e promovendo o desenvolvimento sustentável das cidades.

REGULARIZAÇÃO  
FUNDIÁRIA  
URBANA  
**REURB**



# O que é a Lei da Reurb?

A Lei da Reurb (Lei nº 13.465/2017) é uma legislação federal que estabelece as diretrizes e os procedimentos para a regularização fundiária urbana em todo o território brasileiro. Seu principal objetivo é legalizar áreas ocupadas de forma irregular, garantindo o direito à moradia digna e promovendo a **inclusão social**.



## Quem São os Beneficiários?

Os beneficiários da regularização fundiária urbana são os moradores de áreas ocupadas de forma irregular, incluindo famílias de baixa renda, comunidades tradicionais, ocupantes de áreas de interesse social e aqueles que não possuem título de propriedade formal.



# Procedimentos para Regularização:

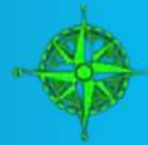
- Identificação da área a ser regularizada.
- Levantamento topográfico e cadastral.
- Elaboração do projeto de regularização.
- Análise e aprovação pelo poder público.
- Emissão dos títulos de regularização fundiária.



## Documentos Necessários:

- Documento de posse do imóvel (contrato de compra e venda, escritura de posse, etc.).
- Comprovante de residência.
- Documentos pessoais (RG, CPF).
- Declaração de renda familiar.
- Outros documentos específicos exigidos pelo poder público local.





## **Regularização Fundiária Urbana (REURB)**



**O Que é e  
Quais os Tipos  
existentes?**



### **Reurb-S e Reurb-E:**

Existem duas modalidades de Regularização Fundiária Urbana previstas pela Lei da Reurb:

- Reurb-S (Simplificada): Para áreas de até 250m<sup>2</sup> ocupadas por famílias de baixa renda.
- Reurb-E (de Interesse Social): Para áreas ocupadas por população de baixa renda em situação de vulnerabilidade social.

# Impactos Sociais e Urbanos:

A regularização fundiária urbana traz diversos benefícios, tais como segurança jurídica para os moradores, acesso a serviços públicos, valorização imobiliária e melhoria na infraestrutura local, redução de conflitos fundiários e fortalecimento da cidadania.





## Exemplos Práticos:

- Caso A: Regularização de uma ocupação em área de interesse social em um município X.
- Caso B: Regularização simplificada de lotes ocupados por famílias de baixa renda em um bairro Y.



A Lei da Reurb é uma ferramenta importante para promover a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável. Ao compreender os procedimentos e benefícios da regularização fundiária, as comunidades podem buscar seus direitos e contribuir para a construção de cidades mais justas e igualitárias.



# Referências bibliográficas :

BRASIL, Lei da Regularização Fundiária nº 13.465/2017 - Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.

PEREIRA, R. F., & Lima, A. S. (2020). Regularização fundiária urbana: aspectos gerais e desafios para a implementação da Lei 13.465/2017. *Revista do Instituto de Ciências Jurídicas*, 1(2), 99-116.

SANTOS, C. M., & Oliveira, L. G. (2019). Regularização fundiária urbana no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. *Revista de Administração Pública*, 53(1), 65-84.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2018). Manual de regularização fundiária urbana: subsídios para a implementação da Lei nº 13.465/2017.

SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. (2022). Relatório de Acompanhamento da Regularização Fundiária Urbana no Brasil.

LIMA, M. A., & Silva, R. C. (2021). Estudo de caso: regularização fundiária urbana em um município de médio porte do Nordeste brasileiro. *Revista de Desenvolvimento Urbano*, 8(1), 45-62.

OLIVEIRA, A. M., & Santos, J. R. (2020). Regularização fundiária urbana: estudo de caso em uma comunidade de baixa renda em São Paulo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2021). Impactos socioeconômicos da regularização fundiária urbana no Brasil.

Observatório das Metrôpoles. (2019). Cartilha sobre regularização fundiária urbana: direitos e deveres dos moradores.

**Alicia X. M. dos Santos**  
**Áthina do Carmo Oliveira**  
**Laura Alves da Silva**  
**Lorena Borges Castro**  
**Sthella Maki Nagata**